



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000955-89.2015.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu e Averiguado: **MARCOS APARECIDO DE OLIVEIRA DA LUZ, Raimundo Erociano de Freitas**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

**MARCOS APARECIDO DE OLIVEIRA DA LUZ**, qualificado nos autos, está sendo processado pela suposta infração ao artigo 155, parágrafo 4º, inciso II, do Código Penal, por duas vezes, na forma do artigo 71 do Código Penal, porque, de acordo com a denúncia, no dia 12 de maio de 2015, na rua Antonio Menzani, 18, e na rua Nhonhô Cardoso, 29, nesta cidade, teria subtraído, mediante escalada, respectivamente das vítimas Nivaldo Rosa e Elisabeth Gouvea de Jesus, um botijão de gás avaliado em R\$ 50,00, e uma bicicleta avaliada em R\$ 1.000,00.

A denúncia foi recebida em 22 de julho de 2015 (fls. 70).

Resposta à acusação a fls. 94/97.

Em audiência procedeu-se à oitiva das vítimas e de uma testemunha, interrogando-se o réu ao final (fls. 128/131).

As partes manifestaram-se em alegações finais. O Ministério Público requereu a condenação nos termos da denúncia (fls. 132). A Defesa, de outra parte, pugnou, na hipótese de procedência, pela concessão dos benefícios legais (fls. 140/141).

É o relatório.  
 Fundamento e decido.

A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição, apreensão e entrega de fls. 28, pelo auto de avaliação de fls. 43, pelos laudos periciais de fls. 55 e 57 e pela prova oral produzida.

A autoria também é certa.

Interrogado na fase policial, o réu admitiu que, na data indicada na denúncia, sentiu vontade de usar "crack" e, não dispondo de dinheiro para adquirir o entorpecente, decidiu praticar furtos. Procedeu à subtração do botijão de gás em um imóvel, realizando a venda da "res". Após, em outra residência, apoderou-se de uma bicicleta, havendo sido abordado pela polícia quando estava na posse do bem (fls. 11).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em Juízo, o réu manteve a versão original, acrescentando que o ingresso nos imóveis deu-se mediante escalada dos muros (fls. 131).

A confissão plena harmoniza-se com a prova produzida em contraditório.

A vítima Elisabeth Gouveia de Jesus disse que estava em seu local de trabalho quando um policial militar abordou-a questionando-a acerca da propriedade da bicicleta retratada em uma fotografia. Reconheceu o veículo como sendo de sua propriedade, comentando que, quando deixara sua residência, o bem ainda estava no local. Na Delegacia de Polícia, reconheceu a "res", a qual lhe foi restituída. De acordo com a ofendida, apenas mediante escalada do muro seria possível ingressar na edícula em que estava o bem subtraído.

O ofendido Nivaldo Rosa relatou que, ao chegar a sua residência, notou a falta de um botijão de gás. Levou o fato ao conhecimento da polícia, que encontrou o bem na posse de terceira pessoa, a quem, de acordo com o que lhe foi informado, adquiriu-o do acusado. Mencionou, de igual forma, que não seria possível entrar na casa sem escalar muro lateral ou grade frontal.

O policial militar Fagner César Moreira disse que empreendia patrulhamento de rotina quando optou por abordar o denunciado, que estava com uma bicicleta. O réu admitiu que se tratava de produto de furto, indicando a residência em que estava posicionado o veículo. Em contato com vizinhos, a proprietária Elisabeth foi localizada, procedendo ao reconhecimento do bem. Durante o procedimento, a vítima Nivaldo interveio e comentou acerca da subtração de seu botijão de gás. O réu admitiu também a prática desse furto, indicando a pessoa a quem vendera o bem. Continuando a diligência, a polícia localizou o comprador, que havia alienado o botijão a outra pessoa, com quem foi encontrada a "res", devidamente restituída ao dono.

Essas circunstâncias não deixam dúvidas quanto à responsabilidade criminal do acusado, inclusive no que toca à incidência da qualificadora, observando-se, nesse particular, o teor dos laudos periciais de fls. 55 e 57.

Os delitos da mesma espécie foram praticados nas mesmas condições de tempo, local e modo de execução, devendo ser reconhecida, em consequência, a continuidade delitiva.

Passo a dosar as penas.

Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal, em 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa.

Reconheço em favor do acusado a atenuante da confissão espontânea e, em seu desfavor, a agravante da reincidência, haja vista as condenações transitadas em julgado certificadas a fls. 102 e 104. Cuidando-se ambas de circunstâncias preponderantes, haja vista que a confissão refere-se à personalidade do agente, procedo à compensação (artigo 67 do Código Penal).

Em apreço ao disposto no artigo 71 do Código Penal, exaspero a reprimenda em 1/6 (um sexto), do que resulta a sanção definitiva de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Torno-a definitiva, pois não se vislumbra a existência de outras causas de modificação.

Fixo multa mínima em decorrência da capacidade econômica do autor do fato.

Em decorrência da reincidência já reconhecida, mas em apreço à gravidade apenas moderada das infrações praticadas – as quais não geraram prejuízo às vítimas –, estabeleço regime semiaberto para início do cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada.

Inviável a substituição por restritivas de direitos (artigo 44, II, do Código Penal).

Posto isso, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal e condeno o réu **MARCOS APARECIDO DE OLIVEIRA DA LUZ**, filho de Rosilene Aparecida de Oliveira e de João Pedro da Luz, por infração ao artigo 155, parágrafo 4º, inciso II, do Código Penal, por duas vezes, na forma do artigo 71 do Código Penal, à pena de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 11 (onze) dias-multa, na forma especificada.

Por este processo, autoriza-se recurso em liberdade, pois ausentes os requisitos enumerados no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Honorários em 30%, haja vista a atuação parcial. Expeça-se certidão.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 26 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**